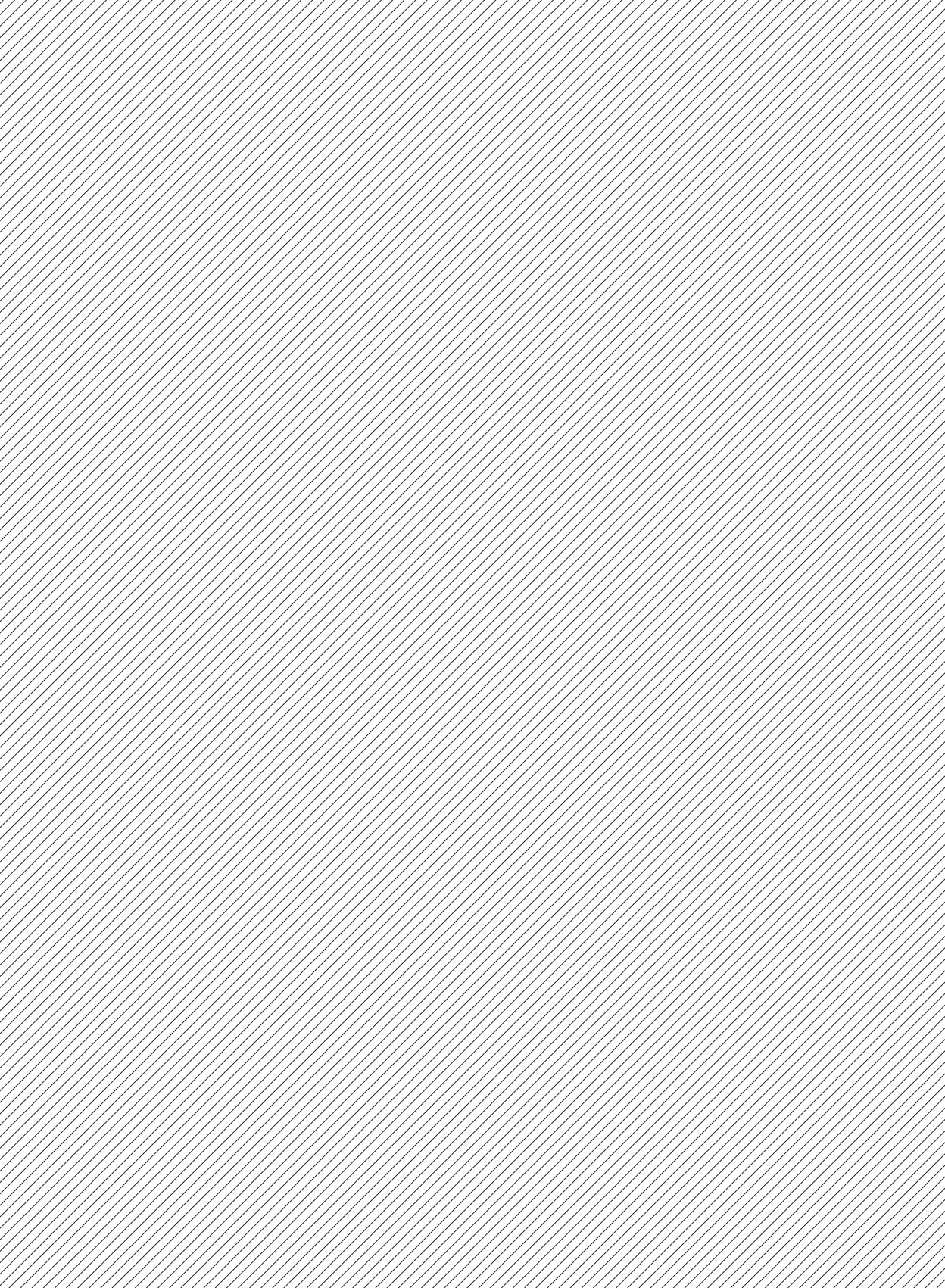


O CONCEITO ESTRATÉGICO EUROPEU ¹

Adriano Moreira

Presidente da Academia das Ciências de Lisboa
Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa

¹ Texto de palestrante convidado



A ratificação do tratado de Lisboa, quer a instância seja o Parlamento, quer seja o eleitorado, no caso de se limitar ao texto normativo, complexo e de difícil acesso para o cidadão comum, dificilmente será presidida pela discussão e definição da missão de que ficará incumbida a criatura. No início, o objectivo era claro e de alto significado porque animado pelo objectivo da paz perpétua entre os Estados de uma entidade que a história revelara como excepcional na pilotagem, nem sempre pressentido, que originou a globalização.

Uma globalização que, em relação à Europa, parece mais a definição de um ponto final na excepcionalidade, do que uma plataforma de arranque para a liderança de novos horizontes. Durante o purgatório que foi o meio século de guerra fria, em que a Ordem dos Pactos Militares submeteu a generalidade dos Estados do mundo a uma espécie de protectorado de múltiplas faces, a Europa aprendeu que não era já o centro de uma periferia onde desenvolveu o seu exercício colonizador, e que a vulnerabilidade era agora, sobretudo depois da clarificação que acompanhou a queda do muro de Berlim em 1989, o sei primeiro desafio: carente de matérias-primas, carente de energias renováveis, encontrou-se também carente de gente, assim como de um poder político suficiente para garantir, com autonomia de decisão, a segurança sem a qual define a sociedade de confiança.

Embora sem ter conseguido a completa paz interna que, inspirada pelo ideal kantiano da paz perpétua, foi o valor orientador dos primeiros responsáveis pela nova Europa, liderados por Jean Monnet, inaugurou uma época em que o *diálogo* assumiu uma importância e uma natureza estruturante sem precedente histórico: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) onde não há direito de veto legal, o Conselho da Europa dos direitos do homem, a OSCE – Organização de Segurança e Cooperação Europeia, tudo pluralmente articulado com a ONU e as suas múltiplas organizações especializadas, estruturaram um tecido de reflexão, de apelo à racionalidade, de meditação sobre os valores, de uma complexidade sem equivalente na experiência dos séculos anteriores. E todavia é hoje evidente a falta de uma governança abrangente deste fenómeno da globalização, falta que potencia os efeitos desestruturantes em relação às antigas bases da ordem ultrapassada, incluindo reivindicações independentistas como no País Basco, Catalunha, na Escócia, invocando o direito à autodeterminação e os valores da democracia, dúvidas sobre o alargamento aos não-membros como a Noruega, a Suíça, a Islândia, ou sobre as recolhas selectivas da decomposição do bloco soviético.

Estas incertezas sobre a definição do espaço, no qual a questão da relação centro-periferia se mantém com dimensão agora regional, parece irrecusável que terão de procurar resposta a partir pelo menos destas evidências: que a Europa perdeu definitivamente a excepcionalidade que manteve durante séculos de hegemonia política; e que para além das mencionadas carências económicas de matérias-primas, energia, população, tem no plano estratégico limitação de espaço físico, de recursos para uma função sem dependência de segurança e defesa, com duas variáveis demonstradamente presentes na sua história do presente.

Tais variáveis são a dependência dos EUA demonstrada em duas guerras civis internas a que chamamos mundiais pelos efeitos, uma dependência que se alargou ao longo período da ameaça soviética a leste, e ainda o débito da passada hegemonia que se traduz na frequente exigência de reparação que os antigos colonizados julgam poder exigir, fazendo da Europa um *“continente da memória”*

A primeira interrogação suscitada por este panorama diz respeito à questão de saber se o projecto da unidade europeia encontrou finalmente um sólido espírito fundador para além

da incerteza das fronteiras. Isto porque, na falta dessa trave mestra, não será ultrapassada a intervenção dos protagonismos soberanistas, em regime de *apartheid*, que averbaram o desastre das duas guerras mundiais.

Depois, recordando a debilidade para dominar os demónios interiores que exigiram a presença das topas americanas para restabelecer a paz, em seguida a agenda económica de Marshall para a reconstrução, finalmente a intervenção americana para erguer o escudo defensivo contra a maré soviética, perguntar se a relação atlântica vai basear-se na necessidade de uma atitude protectora dos EUA, se é possível uma igualdade de pilares dentro de uma unidade ocidental programada, se pelo contrário a hipótese orientadora vai ser a de uma concorrência pela hegemonia na área económica, e de independências estratégicas nos domínios da defesa e da segurança.

Seja qual for a opção dominante, será em regime de ruptura com um passado irrepetível que todas e qualquer das tendências se desenvolverá.

Os procedimentos posteriores à queda do Muro em 1989 na fronteira leste das democracias ocidentais, e o desastre que foi o 11 de Setembro nas fronteiras ocidentais, desafiaram a consistência da unidade política e militar do espaço da NATO, com os EUA a derivar rapidamente para o unilateralismo, com os europeus a discordarem sobre opções que costumam romper as incertezas na própria acção. Se a história e os valores participados não inclinarem para a consolidação da unidade atlântica e ocidental, designadamente posta em evidência pela orientação estratégica do terrorismo global, a tendência para um europeísmo abrangente da autonomia da sua específica defesa e segurança terá de ser confrontada com os recursos disponíveis para lograr que o PIB europeu contribua com talvez o dobro do que foi estimado quando a europeização da defesa foi uma proposta americana referente aos encargos na NATO, e à qual os europeus não conseguiram dar resposta positiva.

Esta situação económica-financeira talvez ajude a compreender, porque a necessidade faz lei, que não são os europeus por um lado e os americanos pelo outro, mas sim os ocidentais como um todo, o objecto do *flowbeck* do antigo mundo colonizado e agora geralmente pobre, o alvo da lei da reflexividade que arma as reacções dos fracos com apoio na ciência e na técnica que ajudou à dominação anterior, e finalmente despertar a cólera apocalíptica com que o terrorismo global massacra inocentes com o objectivo de destruir a confiança na vida habitual das sociedades civis, e a confiança do corpo de cidadãos no Estado incapaz de os proteger.

Talvez seja por isso restritivo, e débil, o conceito que pergunta pela missão da Europa como um desígnio separável e viável fora de um integrado desígnio ocidental, agravando a fragilidade resultante do processo histórico que destruiu a sua secular relação de superioridade centro-periferia.

O processo iniciado sob a égide do proclamado Inspirador Jean Monnet, experiente e próprio dos desastres das guerras civis europeias que viveu e em que participou, desenvolveu-se num período em que a cisão atlântica não era imaginável, e em que a vocação directora da Alemanha não era considerada saudável ou revizitável.

No entretanto, o desenvolvimento em paz improvável e guerra impossível, como foi diagnosticado por Aron, proporcionou o chamado milagre alemão apoiado na dispensa de despesas militares, a reunificação imposta pelo patriotismo de Adenauer, e a aproximação

franco-alemã sonhada por Monnet, com a ambição federalista a acentuar-se; do outro lado da Mancha, a Inglaterra, que conseguira ser o único beligerante da guerra mundial que não foi invadido, que manteve erguido o estandarte da liberdade dos povos e do orgulho europeu, tendo a liderá-la o estadista excepcional que foi Churchill, manteve-se mais partidária da união, e da coesão democrática dos governos, enfrentando a globalização sem ferir os seus laços nem com a Comunidade Britânica, nem com os EUA, sem afectar excessivamente a sua liberdade de agir.

O projecto da Constituição Europeia, com a marca francesa deixada por Giscard d'Estaing a proclamar no preâmbulo do texto o agradecimento dos povos europeus pela dádiva do projecto, acentuou a primeira alternativa, enquanto que a recusa da aprovação popular deu ao governo inglês a oportunidade de acentuar a segunda opção com a abrangência das cláusulas de *opting-out*.

Não são inúteis os ensaios de previsão quanto à evolução desencontrada ou convergente destas tendências, ao mesmo tempo que são condicionadas as previsões pelas incógnitas dos desafios incertos de uma conjuntura fluida. Não fica porém abrangida nessa incerteza a necessidade de resposta e de uma directiva segura quanto às *fronteiras amigas* da entidade europeia em formação, o que implica formular um conceito estratégico articulado com o da NATO e condicionado pela previsão da evolução desta aliança; igualmente é indispensável e possível, sem dependência da eventual relação interna das duas tendências apontadas, ter um conceito de governabilidade que oriente a limitação das adesões, dando eventual prioridade à decisão dos países indiscutivelmente europeus, que estão ausentes, sobre as adesões problemáticas que misturam os conceitos de comunidade e de aliança, como por exemplo se passa com a Turquia, e inevitavelmente se passará depois em relação às fronteiras do Mediterrâneo.

O novo texto do Tratado de Lisboa (2007) despiu o projecto dos Convencionais de Giscard dos atributos cerimoniais e semânticos que acompanham a dignidade soberana, omitindo mencionar a bandeira que todavia está hasteada em toda a parte, não referindo o Hino que se toca em todas as solenidades, mas consagrando a hierarquia interna dos Estados pelo mecanismo das votações, permitindo as duas velocidades, diferenciando os estatutos pela liberdade de recusa de obrigações, isto é, conservando na penumbra a memória dos directórios que não pertencem ao passado pacífico dos europeus.

A organização proposta para o poder governativo na versão do Tratado de Lisboa não permite considerar assente a preferência por uma das duas concepções, uma continental, outra britânica, nenhuma parecendo reconhecer ou conhecer o conteúdo da pregação de Couenhove-Kalergi sobre o ideal federalista. O poder governativo continua de forma original repartido entre os Conselhos de Ministros que decidem, a Comissão que elabora as propostas e executa, e o Conselho que define as políticas globais, com um Alto Representante para as Relações Internacionais que vai ter a dificuldade da ambiguidade da sua legitimidade e da hierarquia que lhe pertence, e também das matérias que lhe competirá assumir no pluralismo de competências reservadas de cada Estado membro.

Estes Estados membros repartidos, aleatoriamente de acordo com as eleições internas como logo se passou com a Polónia, entre mais soberanistas e mais europeístas: os primeiros fieis à democracia interna do Estado e a um modelo de relacionamento intergovernamental; os segundos, com ganhos manifestos desde Maastricht (1992) visando uma legitimidade espe-

cífica da União, com uma cidadania própria, e um processo de codecisão entre Parlamento Europeu e Conselho. A linha europeísta parece agora ter ganhos irreversíveis, e pelo que as respostas às perplexidades existentes, e sempre com o condicionamento das circunstâncias externas, terão cada vez mais aquela orientação europeísta como premissa.

Se antes da queda do Muro a dúvida sobre a possível síntese de ambas as tendências ou a supremacia de uma delas esteve presente e com decisão incerta, nesta data é a linha europeísta que parece ter-se adiantado.

Na lógica desta verificação, a Europa vai ser obrigada a ver crescer o seu perfil de actor unitário, com personalidade jurídica, na vida internacional, e sobretudo na tarefa de reinventar a governança de um mundo que caiu na situação de anarquia.

Independentemente do envolvimento, por vezes negativo, na memória da colonização posta no pelourinho pelo ponto quase final que a ONU colocou na estrutura, à Europa pertence certamente uma tribuna defensora dos valores em cuja implantação teve parte principal, designadamente o direito internacional, os direitos do homem, a sociedade da informação e do saber, a justiça internacional independente. Mas, numa opção tornada aguda pelo conflito da invasão do Iraque pelos EUA, deverá a Europa ser apenas ou sobretudo isso, na linha da comunidade de valores alheios à geopolítica desafiada por uma polemologia perigosamente inovadora, em que o desafio do fraco ao forte emparceira com a dispersão do poder nuclear capaz de aniquilar a humanidade? Terá a Europa que aceitar vincular-se a Vénus, enquanto os EUA e os poderes emergentes se vinculam a Marte, segundo analistas simplificadores do real?

As linhas duras da evolução, que se desenvolvem numa circunstância da Europa em que os factores desafiantes são numerosos, apontam para a unidade europeia como primeiro elemento do seu conceito estratégico, não apenas pela história que lhe afeiçãoou a identidade, mas pelos constrangimentos e ameaças externas que a visam unitariamente.

A estratégia da construção dessa unidade, repartida em tendências, também parece orientada para o feudalismo sem modelo, seguramente contrário aos soberanismos que animam as ideologias dos poderes emergentes e a prática da superpotência sobranceira. Mas a unidade institucional, o protagonismo na primeira pessoa, vai urgir procurar a adesão dos Estados inequivocamente europeus que ainda faltam à chamada, e adoptar uma visão altamente selectiva no traçado das fronteiras amigas, criativa de fórmulas diferenciadas de aliança, de associação, de parcerias, sem violentar a identidade europeia. E sobretudo, vista a inevitável necessidade imposta pelo globalismo, ter um conceito de relação económica, cultural, e de segurança, com a Rússia, o Médio Oriente, a África, as Américas, a China e os vários orientes e pacíficos.

Aceitar a definição do Ocidente integrador, fazer a avaliação dos riscos, ameaças e perspectivas que lhe são comuns, é um pressuposto do conceito estratégico a formular, com destaque mais para a solidariedade atlântica. Sem a consolidação dessa realidade, vista unitariamente pelo resto do mundo, nem a Europa poderá ultrapassar o modelo de filiação em Vénus porque não tem os recursos e capacidades exigidas para enfrentar os desafios das ameaças globais, nem os EUA, animados pela convicção de serem a Nação indispensável, deixarão de ver agravados os sintomas da *fadiga dos metais*, uma debilidade que também atinge as superpotências.

Neste panorama de falta de governança mundial, de verdadeira anarquia em que os poderes políticos são desafiados por poderes atípicos, surpreendidos pelo desafio do fraco ao forte, subsiste um lugar onde todos podem falar com todos, onde o diálogo continua a ser o instrumento da razão: a ONU. Não é todavia surpreendente que, perante tal desordem, a confiança se dirija para o poder do espírito. E que, na data em que os limites da ciência são postos em discussão, se apele à sabedoria, que se apoia nos valores, para reimplantar as esperanças do futura em paz e concórdia de todas as áreas culturais. Uma mensagem essencial do credo europeu.